



Público

13-08-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 607

Imagem: S/Cor

Página (s): 46

Cuidado, muito cuidado, com a política de secção

Paulo Rangel
Palavra e Poder

A novela dos swaps cavou mais uns palmos no poço escuro e fundo em que cai a credibilidade da política e dos políticos em Portugal

1 A novela e os romances dos swaps cavaram mais uns palmos no poço escuro, esconso e fundo em que cai, a cada dia, a credibilidade da política e dos políticos em Portugal. Deixando de lado a questão da propriedade ou impropriedade da nomeação do secretário de Estado Pais Jorge e a questão da obrigatoriedade ou não obrigatoriedade da sua demissão, importa atentar num conjunto de comportamentos que trazem o palco da política nacional para o nível da intriga da mais funesta secção concelhia de qualquer um dos grandes partidos.

2. Primeiro, e independentemente da pertinência dos juízos a emitir depois de uma análise cuidada, choca a ligeireza e a leviandade com que se lida com um ponto concreto de um currículo profissional. A focagem inflamada e descontextualizada num único ponto, sem qualquer esforço de compreensão do lugar, do papel e do sentido desse ponto específico é própria da lógica da intoxicação. A exigência universal de uma memória completa e perfeita de factos ocorridos há anos atrás também parece saída do ambiente das investigações totalitárias. Este tipo de “levantamento” cirúrgico e instrumental faz lembrar o conhecido fenómeno do escândalo hipertrofiado que produz a transcrição de escutas... O texto escrito empresta às afirmações uma gravidade e uma solenidade que elas nunca atingiram (nem visavam atingir) no discurso oral. Mais uma vez insisto, não está em causa a avaliação final – ponderada, justa, equilibrada – a fazer da bondade da nomeação e da demissão; está em jogo, isso sim, a histeria que gera o empolamento e a “desafecção” dos contextos de comportamentos ou declarações.

3. Mas nada melhor do que isso – pelo contrário, bem pior – vem a ser o mecanismo de resposta à deriva de intoxicação de um argumento que – insiste-se – pode ser precedente. O recurso à velha e relha teoria da conspiração e à alegação de “forja” de documentos – até agora sustentada numa única folha, claramente inócua – releva manifestamente da pior escola partidária (para não dizer “juvenil-

partidária). É aí – no lado vicioso das tricas partidárias – que se somam as acusações de “inscrições-fantasma” de votantes, de pagamentos de votos, de desaparecimento de actas e de folhas de cadernos eleitorais, de manipulação e falsificação de assinaturas, de aparecimento súbito de documentos e testemunhos... Ora, o Governo, a liderança da oposição e a direcção

dos partidos maioritários não devem nem podem importar para o domínio institucional a cultura e a prática das lides obscuras dos aparelhos partidários. A oposição começa, a outros propósitos, por falar em escutas ilegais. A maioria vem depois – secundada por dignitários governativos – bramar contra a “falsificação” e a “manipulação” de documentos, fazendo disso o coração substantivo da sua argumentação. Eis o cardápio típico das disputas de personalidade, das raivas e ciúmes intrapartidários, da prosa e prosápia

O Governo e a direcção dos partidos maioritários não podem importar para o domínio institucional a cultura e a prática das lides obscuras dos aparelhos partidários



de longas noites de reuniões de células partidárias. Eis a operação convencional que visa tomar tudo por igual, fazer parecer toda a gente com toda a gente, nada diferenciar no plano das escolhas pessoais e programáticas.

4. Não menos sério do que tudo isto vem a ser a instituição da livre circulação de documentos que deveriam figurar nos arquivos oficiais (abertos, a abrir ou ainda não abertos, consoante determine a lei). Como é possível que pessoas que deixaram de fazer parte do gabinete do primeiro-ministro tenham em sua posse documentos que integram o arquivo desse gabinete? Têm cópias ilegais ou têm ainda actualmente contacto e acesso informais?

Como pode um órgão de comunicação social começar por identificar como fonte do gabinete do primeiro-ministro – e apenas como tal – uma fonte que notoriamente já não faz parte desse gabinete há vários anos? Como pode, em retribuição, o Governo começar a divulgar documentos – num acesso de “swap-leaks” – que, na melhor das hipóteses, deveriam ser ordeiramente entregues à Comissão de Inquérito em funções? E podem, em seguida, dirigentes dos partidos maioritários vir exigir satisfações à oposição com base em documentos adrede libertados pelo Governo?

5. Será isto normal e regular? Será isto útil e conveniente? Será isto são? É preciso cuidado, muito cuidado, com a contaminação da dimensão institucional pelo vírus dos vícios partidários. Se deixarmos resvalar a discussão política nacional – dos temas maiores aos temas menores – para o terreno movediço em que hoje sobrevive a intriga partidária, o fim deste regime (de que tantas vezes tenho falado) estará mais próximo do que supõe.

É humanamente compreensível que o carácter soez e gravemente injusto de certas acusações – invocado por ambos os lados – desperte emoções e propicie a organização de uma vingança, a qual, por sua vez, porá em marcha os conhecidos mecanismos de “sobre-imputação” e de escalada do conflito. Mas aos governantes, actuais e intencionalmente futuros, exige-se compostura e contenção. O interesse nacional reclama-as; o respeito pelos portugueses – e por todos os seus sacrifícios – impõe-nas.

Eurodeputado (PSD). Escreve à terça-feira paulo.rangel@europarl.europa.eu

SIM



Papa Francisco. A exortação ao entendimento entre muçulmanos e cristãos, em pleno termo do Ramadão, é, mais uma vez, profundamente bem-vinda.

NÃO



Protestos quanto às portagens do Algarve. Agora pegou moda fazer da vida privada – que inclui as férias – do Presidente e do primeiro-ministro um facto político e mediático. Pior que os manifestantes são as reportagens sobre os dias de descanso dos políticos. Lamentável.